

## **Maior inclusão social foi evidenciada na educação a distância?**

### **Análise da democratização de acesso ao ensino superior em saúde**

## **Was greater social inclusion evidenced in distance learning?**

### **Analysis of the democratization of higher education access in health**

## **¿Se evidenció una mayor inclusión social en la educación a distancia? Análisis de la democratización del acceso a la educación superior en salud**

#### **Cândido Vieira Borges Junior**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil

#### **Marizélia Ribeiro de Souza**

Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Urutaí /GO – Brasil

#### **Rhamon Talles de Oliveira Peixoto**

Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo/SP – Brasil

#### **Leonardo Santos de Paiva**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil

#### **Patrícia Cabral de Almeida**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil

#### **Denise Santos de Oliveira**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil

### **Resumo**

A abertura de cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) visou a ampliar o acesso dos estudantes ao ensino superior. O aumento no número de vagas e a presença de um novo modo de acesso pode levar ao aumento da inclusão de classes sociais. Mas será que essa maior inclusão foi evidenciada no Brasil? O objetivo deste estudo foi analisar a democratização de acesso a cursos de ensino superior em saúde ofertados na modalidade EAD. Realizou-se uma análise de natureza estatístico-descritiva para o período de 2010 a 2020, utilizando dados secundários provenientes do Censo da Educação Superior. A partir da análise dos resultados, nota-se maior percentual de mulheres nesses cursos, idade média de 33 anos e crescimento contínuo no número de estudantes declarados pardos. Tais resultados contribuem para discussões acadêmicas e gerenciais sobre inclusão social em cursos superiores ofertados na modalidade EAD e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a democratizar o ensino superior no Brasil.

**Palavras-chave:** Ensino superior, Educação a Distância, Inclusão social

### **Abstract**

The opening of distance learning courses aimed at expanding students' access to higher education. The increasing number of vacancies and the presence of a new way of access can lead to an increasing inclusion of social classes. Has this greater inclusion been evidenced in Brazil? This study aims to analyze the

democratization of access to higher education courses in health offered in the distance learning modality. A statistical-descriptive analysis was carried out from 2010 to 2020, using secondary data from the Higher Education Census. Based on the results analysis, we could see a higher percentage of women in these courses, an average age of 33 years, and a continuous growth in the number of students declared to be brown. Such results contribute to academic and managerial discussions about social inclusion in higher education courses offered in distance learning modality and to the development of public policies aimed at democratizing higher education in Brazil.

**Keywords.** Higher education, Distance learning, Social inclusion

### **Resumen**

La apertura de cursos de Educación a Distancia (EAD) amplió el acceso de los estudiantes a la educación superior. El aumento en el número de vacantes y la presencia de una nueva forma de acceso puede llevar a un aumento en la inclusión de clases sociales. Pero, ¿se ha evidenciado esa mayor inclusión en Brasil? El objetivo de este estudio fue analizar la democratización del acceso a los cursos de educación superior en salud ofrecidos en la modalidad a distancia. Se realizó un análisis estadístico-descriptivo para el período de 2010 a 2020, utilizando datos secundarios del Censo de Educación Superior. En base al análisis de los resultados, se aprecia un mayor porcentaje de mujeres en estos cursos, una edad promedio de 33 años y un continuo crecimiento en el número de estudiantes declarados morenos. Tales resultados contribuyen a las discusiones académicas y de gestión sobre la inclusión social en los cursos de educación superior ofrecidos en la modalidad de educación a distancia y al desarrollo de políticas públicas dirigidas a la democratización de la educación superior en Brasil.

**Palabras clave.** Enseñanza superior, Educación a distancia, Inclusión social

## **1. Introdução**

O Plano Nacional de Educação (PNE), apresentado a partir da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, expôs como objetivo ampliar o acesso ao ensino superior (BRASIL, 2014). Nesse sentido, foram implantadas políticas educacionais, como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e a expansão da Educação a Distância (EAD).

A EAD é definida pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ela é definida como uma modalidade educacional que conta com a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em lugares e tempos diversos na aprendizagem.

Nesse sentido, a EAD se mostra como uma alternativa para que a educação alcance o maior número de pessoas possível. A partir dessa modalidade é possível levar qualificação a diferentes lugares, ampliando a democratização do ensino (CASEIRO, 2016; FERNANDES *et al.*, 2019).

Observa-se nessa modalidade, por exemplo, aumento da presença de mulheres casadas e com idade acima de 30 anos, as quais buscam conciliar suas atividades familiares e o trabalho, ao mesmo tempo em que cursam o ensino superior (GODOI, 2016).

No entanto, para que ocorra o efetivo amparo da inclusão e democratização no ensino superior, são oportunas políticas sociais que garantam que as desigualdades sociais sejam minimizadas, especialmente, com a ampliação do acesso de parte da população tradicionalmente excluída (FERREIRA, 2019).

Como marco mais recente desse incentivo, destaca-se o Decreto nº 9.057, de maio de 2017, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2017). A partir dessa regulamentação, alguns aspectos contribuíram para a expansão nos números de cursos, ofertas e matrículas em cursos EAD, que se correlacionam com o perfil das instituições de ensino superior privadas brasileiras como, por exemplo: (1) a possibilidade de se oferecerem cursos à distância sem credenciamento na modalidade presencial; (2) a avaliação somente nas sedes das instituições, não considerando os polos no rol de avaliações; e (3) a criação de polos para oferta de cursos EAD pelas instituições de ensino, com base em seu Conceito Institucional (CI), com cursos já credenciados (BEZERRA *et al.*, 2019; OLIVEIRA; SANTOS, 2019).

Essa expansão teve implicações na área da saúde, pois cursos como biologia, biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, serviço social e terapia ocupacional são ofertados na modalidade EAD.

De todas as profissões elencadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016), somente para medicina, odontologia e psicologia não há cursos na modalidade a distância. Contudo, um questionamento vigente é se foi observada maior inclusão e democratização nos cursos de saúde ofertados nessa modalidade, conforme objetivado pela PNE.

Desde o início dos primeiros cursos de enfermagem no Brasil, as mulheres têm se sobreposto aos homens em números de estudantes (SALES *et al.*, 2018). Talvez porque, cultural e antropológicamente, as profissões da área de saúde estejam relacionadas ao cuidado do ser humano num momento de fragilidade, que se reflete em valores tipicamente “femininos”, como benevolência, renúncia e submissão (SOUZA *et al.*, 2017). Esse perfil teria se mantido com as políticas de incentivo? Maior inclusão social foi evidenciada nos cursos superiores da área de saúde na modalidade EAD?

Com vistas a oferecer suporte a tais questionamentos, o objetivo deste estudo consistiu em analisar a democratização de acesso a cursos de ensino superior em saúde, ofertados na modalidade EAD, considerando cor/raça, idade e sexo dos estudantes.

Para tanto, foram utilizados microdados do período de 2010 a 2020, disponíveis no Censo da Educação Superior no portal do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), que reúne informações sobre a educação superior no Brasil.

Os resultados apresentam contribuições teóricas e práticas. Inicialmente, estimula discussões acadêmicas e gerenciais acerca da inclusão social nos cursos superiores da área da saúde na modalidade EAD, buscando otimizar o acesso de grupos desfavorecidos. Também contribui para o desenvolvimento de políticas e investimentos públicos voltados a democratizar o ensino superior no Brasil.

## **2. Metodologia**

Um estudo de natureza estatístico-descritiva foi conduzido, utilizando os microdados provenientes do Censo da Educação Superior de 2010 a 2020, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Tal censo se constitui como a mais importante estatística sobre a educação superior no Brasil, coletando informações sobre instituições de ensino superior (IES), cursos de graduação e sequenciais de formação específica, bem como discentes e docentes vinculados aos cursos oferecidos (INEP, 2019).

Tais microdados, inicialmente, foram filtrados com o auxílio do *software SPSS*, de forma a selecionar exclusivamente os dados referentes aos cursos de graduação em saúde na modalidade EAD. Esse filtro permitiu selecionar apenas os dados dos cursos de bacharelado em biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, serviço social e terapia ocupacional. O curso de biologia foi retirado da amostra, dado que esse é oferecido apenas na modalidade licenciatura, e, nesta pesquisa, foi feita a opção por selecionar apenas os cursos de bacharelado.

Em seguida, foi realizado o tratamento e a compilação dos microdados coletados com o auxílio do *software Stata*, o que possibilitou a fusão dos diferentes bancos de dados e, subsequentemente, a seleção das características demográficas para análise, sendo elas: cor/raça, idade e sexo.

As análises foram realizadas com o suporte do *software SPSS*. Em relação à cor/raça, o Brasil é um país múltiplo e tem uma diversidade quanto às características de fenótipos e étnico-raciais devido ao processo de colonização pelo qual passou.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) classifica cor/raça em amarela, branca, indígena, parda e preta; além dessas opções, o Inep (2019) ainda inclui as opções para o caso de o aluno não querer declarar cor/raça, ou para quando não dispõe dessa informação.

Dessa forma, a fim de obter uma melhor homogeneização dos dados e uma análise da evolução do quadro de matriculados ao longo de 2010 a 2020, neste estudo, foram consideradas apenas aquelas cores/raças que responderam ao Censo da Educação Superior do Inep.

Para análise da idade, por se tratar de uma variável quantitativa, foram calculadas a média e a mediana. A média pode ser definida como um número que representa as características de um conjunto de dados, pois gravita em torno de todos os números os quais ela representa (CAZORLA *et al.*, 2019). Assim, é um sinalizador da idade dos estudantes que optam por estudar na modalidade EAD. A variável sexo, por sua vez, foi analisada a partir do percentual de homens e mulheres por curso e por ano.

### 3. Resultados e discussão

Inicialmente, é importante observar a proporção de matrículas por curso da área de saúde (Tabela 1), pois essa heterogeneidade de participação de cada um desses em relação ao todo pode impactar nos resultados apresentados.

**Tabela 1** - Proporção de matrículas EAD por curso, 2020

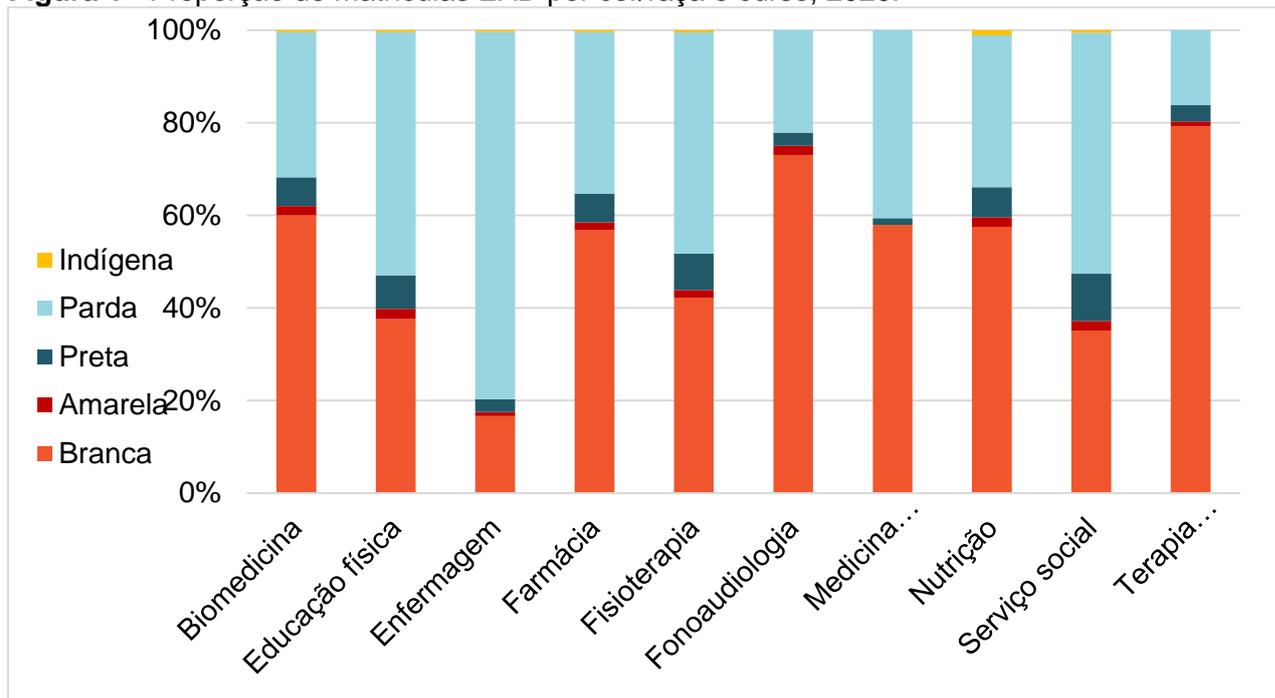
<b>Curso</b>	<b>Quantidade de Discentes Matriculados</b>	<b>Proporção</b>
Educação Física	122.279	32,51%
Serviço Social	95.787	25,47%
Enfermagem	59.492	15,82%
Nutrição	33.055	8,79%
Biomedicina	25.732	6,84%
Farmácia	22.820	6,07%
Fisioterapia	15.795	4,20%
Fonoaudiologia	657	0,17%
Terapia Ocupacional	443	0,12%
Medicina Veterinária	69	0,02%
<b>Total</b>	<b>376.129</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior.

A partir da Tabela 1, é possível observar que os cursos de educação física (32,51%) e serviço social (25,47%) apresentam uma maior participação de matriculados quando comparados aos demais; 57,98% dos discentes analisados estão matriculados nesses dois cursos. Tal disparidade se intensifica quando são contrapostos com cursos como fonoaudiologia, terapia ocupacional e medicina veterinária, que representam 0,17%, 0,12% e 0,02% do todo analisado, respectivamente.

Tais cursos, desde a década de 1990, já apresentavam distribuição similar no número de matriculados. Nas investigações realizadas por Franco e Dal Poz (2018), observa-se que, nos anos de 1993, 2003 e 2013, educação física foi um dos cursos com maior número de matriculados em instituições privadas, enquanto fonoaudiologia e terapia ocupacional, com menor número.

Assim, pode se tratar de um padrão histórico nas matrículas registradas em cursos de saúde de modo geral e que está se refletindo na educação à distância. Para melhor compreensão da inclusão nesses cursos EAD da área de saúde, a Figura 1 apresenta a proporção de matrículas por cor/raça para curso, no ano de 2020.

**Figura 1** - Proporção de matrículas EAD por cor/raça e curso, 2020.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior.

Nota-se que a cor branca é predominante nos cursos de biomedicina, farmácia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição e terapia ocupacional. A maior predominância de brancos é observada no curso de terapia ocupacional, com 79% dos matriculados.

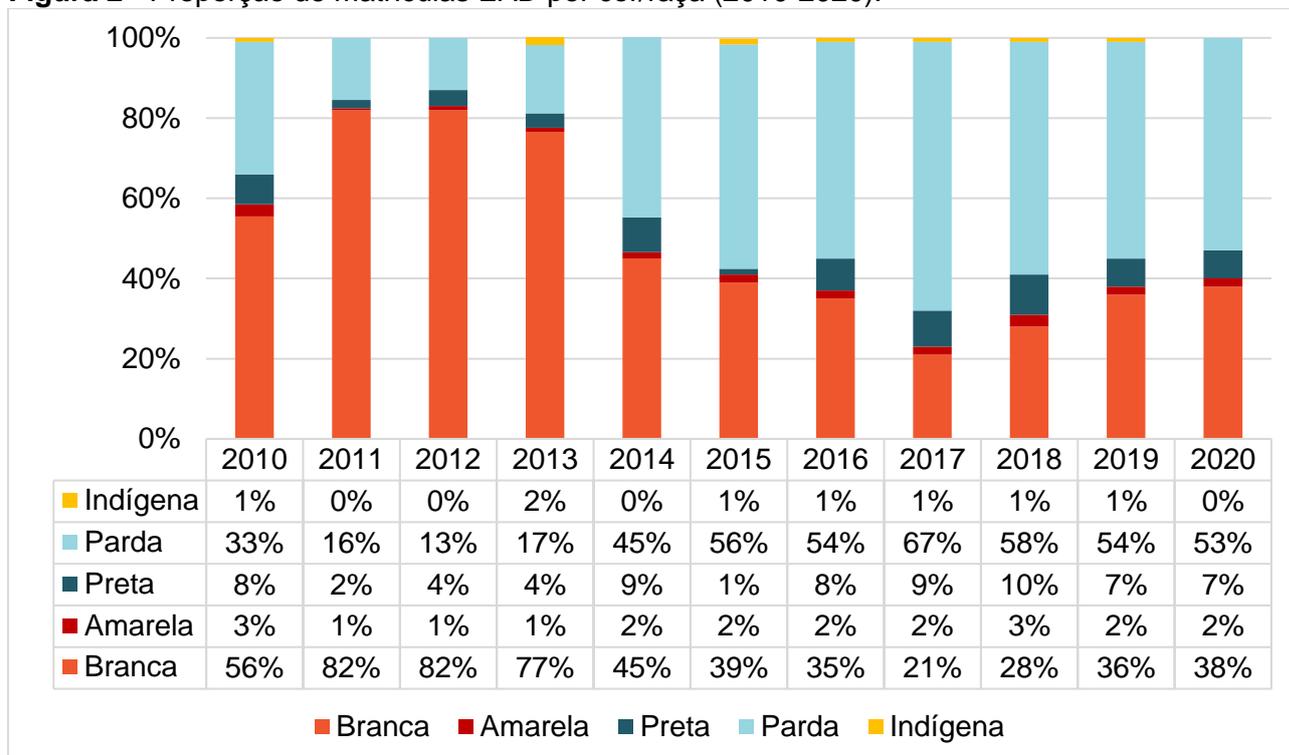
Em contraponto, os cursos de educação física, enfermagem e serviço social são formados majoritariamente por pardos. A representatividade das demais cores/raças é baixa. O maior percentual de pretos é registrado no curso de serviço social (10%). Amarelos e indígenas são as cores/raças menos representativas em todos os cursos (2% ou menos).

O curso com maior diversidade quanto aos diferentes grupos de cor/raça é o de serviço social. Apesar de ser dominado por brancos (52%), esse é o curso com a maior participação de indígenas (1%) e amarelos (2%), além de ser relativamente equilibrado quanto à participação de pretos e pardos, 10% e 35%, respectivamente.

Cabe ressaltar, no entanto, que a autodeclaração de cor/raça é passível de alguma distorção, dado que a questão racial ainda carrega um forte viés social no Brasil, de forma que ainda é comum o fato de pretos e pardos se sentirem intimidados em se autodeclararem dessa cor/raça (DUARTE JUNIOR, 2019). A

distribuição por cor/raça ao longo do período de 2010 a 2020 é apresentada na Figura 2.

**Figura 2** - Proporção de matrículas EAD por cor/raça (2010-2020).



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior.

Nota-se, ao longo da série histórica, uma redução na participação de brancos, em consonância com aumentos no número de pardos. Em 2010, 56% dos estudantes de cursos da área de saúde, na modalidade EAD, se autodeclaravam brancos, enquanto, em 2020, esse percentual foi reduzido para 38% no ano de 2020. Já o percentual de estudantes matriculados que se autodeclaravam pardos aumentou de 33%, em 2010, para 53%, em 2020.

Ao longo de 2010 a 2020, os cursos com maior percentual de alunos brancos foram medicina veterinária e terapia ocupacional, respectivamente. Na análise agrupada, nota-se que cerca de 70% dos matriculados em medicina veterinária e 60% em terapia ocupacional declaram-se brancos.

Por outro lado, no curso de enfermagem, que se destaca com um dos cursos com maior número de discentes matriculados, mais de 70% dos estudantes se autodeclararam pardos. Não foi identificada clara tendência de aumento ou redução nas proporções de pretos, indígenas e amarelos ao longo da série.

A mudança na composição de cor/raça ao longo dos anos pode ser resultado de mudanças nas políticas públicas de acesso ao ensino superior, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Além disso, políticas de ações afirmativas têm contribuído para a mudança gradual no perfil dos estudantes de ensino superior e na composição de cor/raça no ensino superior em saúde na modalidade EAD (APARECIDO; ZAMBON, 2020).

Outra política pública voltada para o acesso ao ensino superior que pode ser um dos motivos para essa mudança na composição de cor/raça é o programa de cotas. Esse programa, instituído pela Lei nº 12.711/2012, determinou os requisitos para a destinação de um percentual de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

O programa foi centrado em três linha de acesso: (1) estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e meio; e (3) estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012). Essa política afirmativa incentivou a democratização do ensino superior, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade EAD.

Em contraponto, observa-se que a proporção de pretos pouco aumentou ao longo dos anos, mostrando que esse ainda se constitui um desafio a ser transpassado pelas políticas afirmativas de acesso ao ensino superior. Isso pode ocorrer, em parte, por conta do racismo estrutural que ainda perdura no Brasil, e pode coibir o autorreconhecimento da pessoa como sendo preta (DUARTE JUNIOR, 2019).

Além da cor/raça, a variável idade permite ter um panorama de quem são os discentes dos cursos no ensino a distância em saúde no Brasil. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos cursos por idade, para o ano de 2020, por meio das métricas média, mediana e desvio padrão.

**Tabela 2** - Medidas de Tendência Central, Idade por Curso, 2020.

<b>Curso</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Serviço Social	36	37	10,6
Terapia Ocupacional	35	37	9,3
Fonoaudiologia	34	32	8,8
Biomedicina	33	32	9,8
Farmácia	33	32	9,5
Nutrição	33	32	9,5

<b>Curso</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Enfermagem	31	32	9,6
Educação Física	30	27	8,4
Fisioterapia	30	27	9,7
Medicina Veterinária	26	21	7,6

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior.

A partir da Tabela 2, observa-se que o curso de medicina veterinária se configura como o mais jovem, com média de idade dos estudantes igual a 26 anos e mediana igual a 21 anos. Essa discrepância entre média e mediana mostra que a distribuição de idade é assimétrica positiva, ou seja, a distribuição tende a se concentrar preponderantemente em valores menores que 21 anos. Esse resultado pode ser um indicativo de que se trata da primeira graduação dos discentes, pois, normalmente, a idade típica de ingresso no ensino superior é em torno de 20 anos (RIBEIRO, 2016).

Por outro lado, o curso de serviço social apresenta a maior média (36 anos) e mediana (37 anos). Ao analisar a mediana, percebe-se que metade dos estudantes, para o ano de 2020, apresentaram idade inferior a 37 anos, em consonância com a outra metade que apresentou idade superior a 37 anos. Denota-se ainda que o referido curso é o que apresenta maior dispersão quanto à idade em relação à média, evidenciado pelo desvio-padrão de 10,6 anos.

Embora não seja possível identificar, pelos dados disponibilizados no Inep, se esses estudantes estão em sua segunda graduação, Souza Junior e Rodrigues (2018) apontam uma tendência do curso na modalidade EAD ser a segunda graduação dos discentes. Essa informação pode representar uma possível explicação para o caso do curso de Serviço Social, que apresenta uma maior média e mediana de idade.

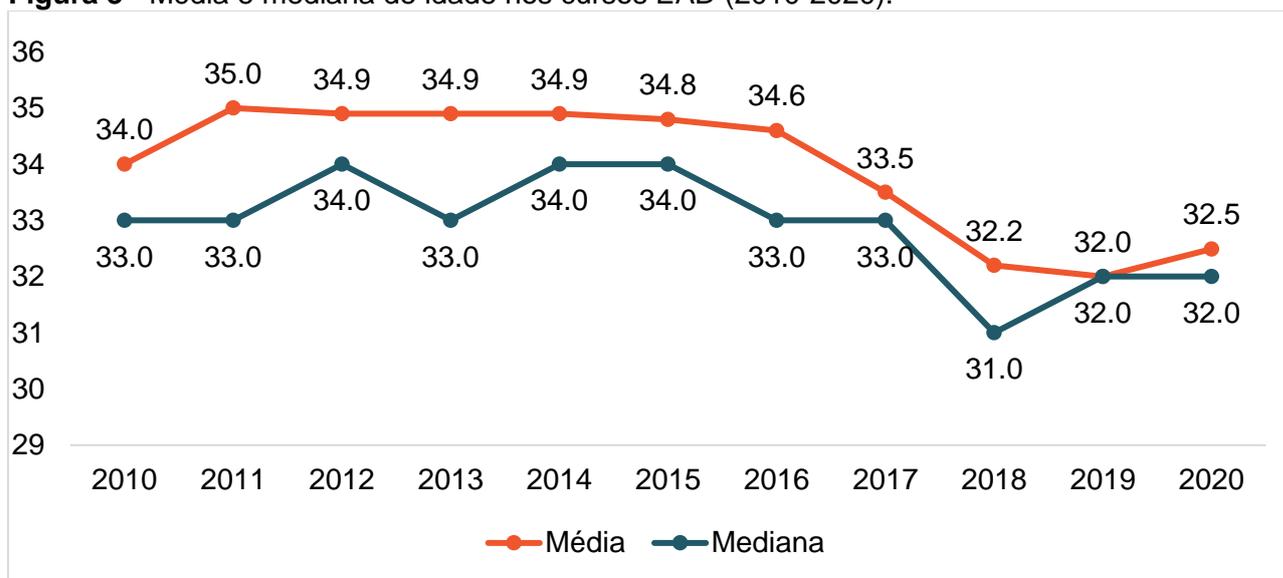
Assim, de modo geral, um aspecto observado ao se analisar a média e mediana dos cursos da área de saúde é a existência de duas possíveis tendências: (1) a modalidade EAD como uma segunda opção de graduação; ou (2) como uma opção tardia de primeira graduação.

Esse resultado, em grande parte, é influenciado pelo curso de serviço social, que, ao apresentar as maiores médias e medianas de idade, além de ser o segundo maior quantitativo de estudantes em relação ao todo, acaba por se sobrepor aos outros cursos na análise conjuntural. Entretanto, ao empregar a

média ponderada, nota-se que há um decréscimo nessa média de idade. Esse resultado pode ser devido a uma tendência de popularização da modalidade EAD.

A Figura 3 ilustra o comportamento da média e mediana de idade nos cursos de bacharelado da área de saúde, na modalidade EAD ao longo do tempo (2010-2020).

**Figura 3** - Média e mediana de idade nos cursos EAD (2010-2020).



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior.

Observa-se que, a partir de 2017, os discentes passaram a ingressar cada vez mais jovens nesses cursos. A média de idade passou de 34 anos, em 2010, para 33,5 anos, em 2017, e 32,5 anos, em 2020, ao passo que a mediana, em uma trajetória similar, partiu de 33 anos, em 2010, para 32 anos, em 2020.

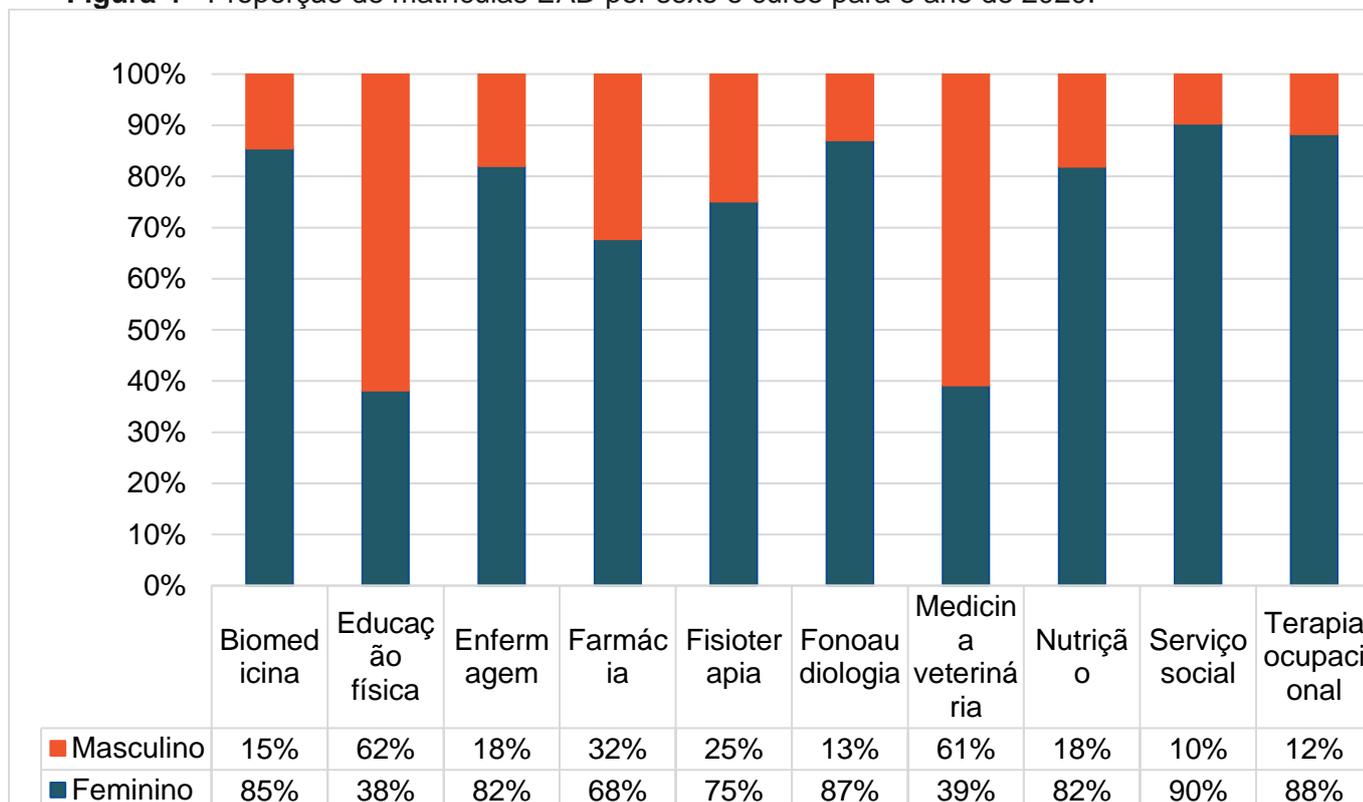
Esse resultado demonstra, ao longo dos anos, a inclusão de pessoas mais jovens nos cursos da área da saúde ofertados a distância, ressaltando a tendência de decréscimo na idade dos estudantes de tais cursos.

Além da idade, outro aspecto avaliado foi a incidência de homens e mulheres nos cursos na área da saúde, na modalidade EAD. A Figura 4 expõe a proporção de matrículas por sexo e curso no ano de 2020. De modo geral, a presença feminina é majoritária em cursos da área de saúde na modalidade EAD, o que corrobora estudos anteriores, como Godoi (2016), Pereira (2019) e Souza Junior e Rodrigues (2018).

Os cursos que apresentam a maior proporção de mulheres são os de serviço social (90%), terapia ocupacional (88%), fonoaudiologia (87%). As

motivações para essa predominância feminina podem ser: (a) a tripla jornada, ser dona de casa, trabalhar fora e ser estudante; e (b) o menor custo para acessar uma formação superior, dado que, em geral, as mulheres recebem menores salários do que os homens (GODOI, 2016; SOUZA JUNIOR; RODRIGUES, 2018).

**Figura 4** - Proporção de matrículas EAD por sexo e curso para o ano de 2020.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior.

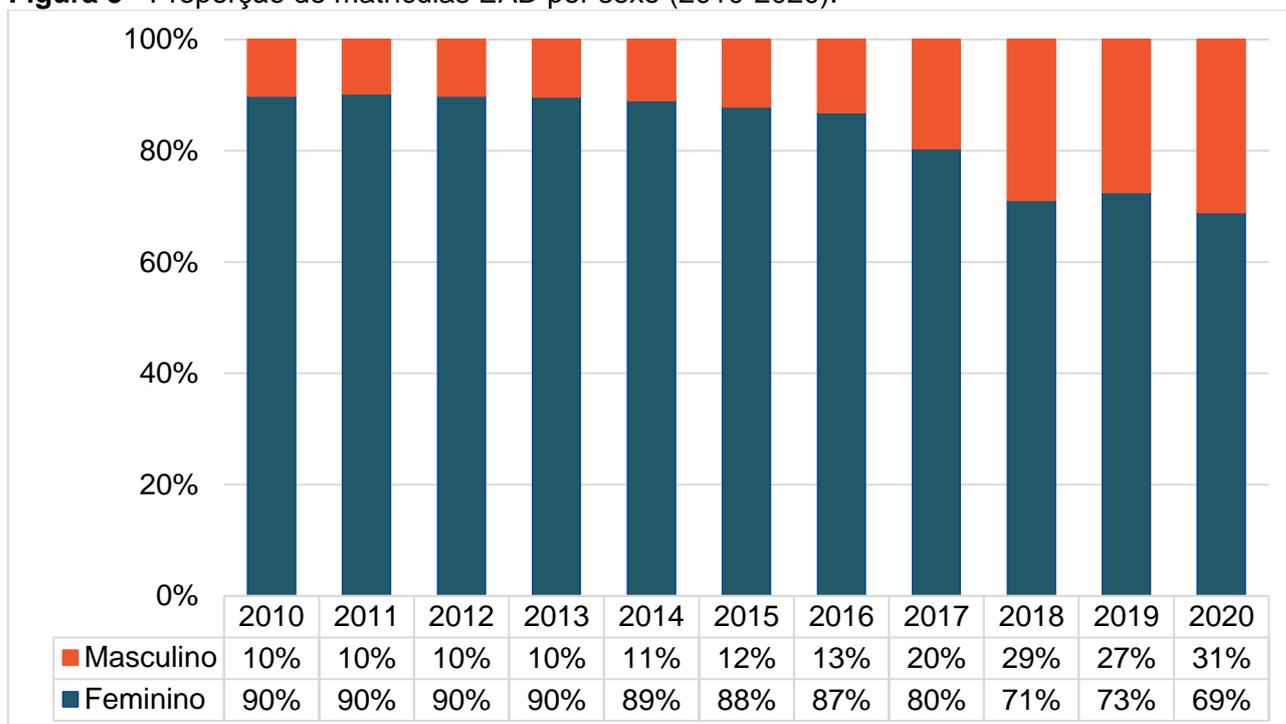
Por outro lado, os cursos de educação física e medicina veterinária encontram uma realidade distinta, apresentando maior proporção de discentes do sexo masculino. Para Souza e Altmann (1999), esse resultado díspar em função do curso é fruto de um processo acumulativo a partir da infância, bem como pelo critério de exclusão das mulheres, por serem consideradas, muitas vezes, no ambiente social, como mais fracas e/ou menos habilidosas do que seus pares do sexo masculino.

Essa percepção, embora menos intensa na atualidade, pode interferir nas escolhas profissionais dos indivíduos. Diante de um curso preponderantemente marcado pela figura masculina, as pessoas tendem a associá-lo especialmente a esse sexo (PINTO *et al.*, 2017).

Prado, Altmann e Ribeiro (2016) apontam ainda que as práticas pedagógicas da educação física podem contribuir para reforçar as desigualdades sociais entre homens e mulheres, principalmente, por não problematizar situações conflituosas que surgem durante as aulas. Para os autores, tais relações são produzidas e reiteradas desde a fase de educação infantil, fazendo com que escolhas por práticas corporais, na idade adulta, sejam reflexos de determinações culturais construídas com base em padrões sexistas.

Tais aspectos podem ser possíveis explicações para ainda se notar um caráter tipicamente masculino em cursos como o de educação física e de medicina veterinária. A Figura 5 apresenta a distribuição dos sexos masculino e feminino ao longo do tempo (2010-2020), nos cursos da área de saúde na modalidade EAD.

**Figura 5** - Proporção de matrículas EAD por sexo (2010-2020).



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior.

De maneira geral, nota-se que, embora a predominância feminina seja evidente, houve aumento na participação masculina ao longo dos anos. Em 2010, discentes do sexo masculino representavam cerca de 10%, contra 90% de representatividade feminina; em 2020, esse panorama se modificou significativamente, com os homens passando a representar 31% do total de discentes.

Assim, a participação masculina triplicou ao longo dos nove anos analisados (2010-2020), podendo ser uma sinalização de tendência a um equilíbrio, no longo prazo, na participação de homens e mulheres em cursos de saúde ofertados na modalidade EAD.

O acesso ao ensino superior está relacionado com o ciclo de vida das pessoas, bem como com sua posição social e no mercado de trabalho. O cenário macroeconômico e social, possivelmente, apresenta influência numa ascendência da população masculina em cursos da área de saúde, visto que, com o passar dos anos, a imagem de cursos exclusivamente masculinos ou femininos foi sendo enfraquecida (PINTO *et al.*, 2017).

Nesse sentido, as políticas públicas implementadas possibilitaram não apenas o aumento no quantitativo de vagas, mas também a criação de incentivos para a mudança da composição educacional, que até então era predominantemente branca, feminina e de idade mais elevada.

#### **4. Considerações finais**

O objetivo deste estudo consistiu em analisar a democratização de acesso a cursos de ensino superior em saúde, ofertados na modalidade EAD, considerando cor/raça, idade e sexo dos estudantes. As análises realizadas no presente estudo mostram que mudanças significativas ocorreram ao longo do tempo, 2010 a 2020, quanto à composição dos cursos de saúde na modalidade EAD.

Desde o início dos anos 2000, políticas públicas importantes como o Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e as políticas de ações afirmativas foram implementadas como forma de democratizar o acesso ao ensino superior, o que, em parte, é verificado pelos resultados apresentados que surtiu efeito em termos de maior inclusão social no acesso à educação.

A composição educacional, que, até então, era predominantemente branca, feminina e de idade mais elevada, tornou-se mais diversificada, com aumento no percentual de pardos, discentes do sexo masculino e de indivíduos mais jovens. Assim, os resultados são promissores.

No entanto, ainda há grupos sociais pouco representativos como as cores/raças preta, amarela e indígena. Além disso, o percentual de indivíduos do sexo masculino ainda é significativamente inferior ao do sexo feminino. Nesse sentido, políticas afirmativas continuam sendo necessárias para incentivo a maior inclusão social em cursos da área de saúde na modalidade EAD.

Essa modalidade abrange o campo de possibilidades de atender à população brasileira no quesito formação superior, sobretudo àqueles que vivem em regiões distantes dos grandes centros urbanos, mulheres casadas e com filhos, assim como pessoas que estão em um estrato social inferior.

Nesse sentido, o presente estudo contribui para o desenvolvimento de políticas e investimentos públicos voltados a democratizar o ensino superior no Brasil. Ainda, incentiva discussões acadêmicas e gerenciais acerca da inclusão social nos cursos superiores da área da saúde na modalidade EAD, buscando otimizar o acesso de grupos desfavorecidos.

Algumas limitações são evidenciadas no estudo, principalmente, em decorrência de seu escopo. Primeiramente, analisaram-se apenas os estudantes matriculados em cursos na área de saúde na modalidade EAD, pois esse era o contexto que se buscava esclarecer.

Pesquisas futuras podem ampliar o escopo de análise, incluindo a modalidade de ensino presencial e comparando a democratização nas duas modalidades. Ainda, este estudo considerou exclusivamente as variáveis de cor/raça, idade e sexo para análise da democratização no ensino. Para pesquisas futuras, sugere-se a consideração de outras variáveis, como renda familiar e/ou classe social, ou mesmo a análise da distribuição geográfica dos alunos.

### **Agradecimentos**

O presente estudo é fruto de acordo de cooperação firmado entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/Ministério da Saúde (Sgtes/MS).

## Referências bibliográficas

- APARECIDO, C. T. R.; ZAMBON, M. S. Democratização da educação e a expansão do ensino a distância no Brasil. *Teoria & Prática: Revista de Humanidades, Ciências Sociais e Cultura*, v. 2, n. 1, p. 1-13, mai. 2020.
- BEZERRA, C. A.; MARTINS, O. F.; BOYADJIAN, A. M. A percepção dos web estudantes sobre as práticas nos polos de educação a distância. *Revista EDaPECI*, v. 19, n. 2, p. 177-186, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7021748>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 27 jun. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 10 jul. 2020.
- CASEIRO, L. C. Z. *Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, jun. 2016. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/seriepne/article/view/3757>. Acesso em: 01 jan. 2023.
- CAZORLA, I. M.; SANTANA, E. R. S.; UTSUMI, M. C. O campo conceitual da média aritmética: uma primeira aproximação conceitual. *Revista Eletrônica de Educação Matemática*, v. 14, p. 1-21, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/1981-1322.2019.e62827#:~:text=A%20m%C3%A9dia%20aritm%C3%A9tica%20C3%A9%20uma,e%20multiplicidade%20de%20situa%C3%A7%C3%B5es%20n>as. Acesso em: 03 jan. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE-CNS.. *CNS é contra ensino à distância de cursos na área da saúde*. 2016. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2016/06jun08\\_CNS\\_contra\\_ensino\\_distancia\\_cursos\\_area\\_saude.html](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2016/06jun08_CNS_contra_ensino_distancia_cursos_area_saude.html). Acesso em: 25 jun. 2020.
- DUARTE JÚNIOR, D. P. A autodeclaração e as medidas afirmativas para a promoção da igualdade racial no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, v. 43, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/58809>. Acesso em: 20 set. 2020.
- FERNANDES, J. G.; BIANCHINI, L. G. B.; ALLIPRANDINI, P. M.Z. Perfil sociodemográfico e relação com a tutoria de alunos de pedagogia EaD. *EaD em Foco*, v. 9, n. 1, p.1-11, jul. 2019. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/801>. Acesso em: 03 jan. 2023.

FERREIRA, S. As políticas de expansão para educação superior dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016): inclusão e democratização? *Educação Unisinos*, v. 23, n. 2, p. 257-272, abr./ jun. 2019. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-62102019000200257&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-62102019000200257&script=sci_arttext). Acesso em: 20 set. 2020.

FRANCO, Thais de Andrade Vidaurre; POZ, Mario Roberto Dal. A participação de instituições de ensino superior privadas na formação em saúde no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 16, p. 1017-1037, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/59Nm46SG6JSyLQTrN8P6tpL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GODOI, M. A. O perfil do aluno da educação a distância e seu estilo de aprendizagem. *EaD em Foco, Revista Científica em Educação a Distância*. v. 6, n. 2, ago. 2016. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/383>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 41, p.1-12, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 20 jun. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em: 14 jun. 2020.

OLIVEIRA, F. A.; SANTOS, A. M.S. Democratização do ensino superior através da modalidade de educação a distância no Brasil: um convite à reflexão. *Paidéi@*, v. 11, n. 20, p.1-21, 2019. Disponível em: <https://periodicosunimes.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/viewFile/972/852>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PEREIRA, L. D. Expansão do ensino superior brasileiro e diversificação do perfil discente: elementos para pensar o processo de formação em serviço social. *Flecha do Tempo*, v. 1, n. 1, p. 51-70, set. 2019. Disponível em: [http://flechadotempo.nemesscomplex.com.br/index.php/flechadotempo/article/view/52\\_](http://flechadotempo.nemesscomplex.com.br/index.php/flechadotempo/article/view/52_) Acesso em: 20 jun. 2020.

PINTO, E. J. S.; CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. As relações de gênero nas escolhas de cursos superiores. *Revista Tempos e espaços em Educação*, v. 10, n. 22, p. 47- 58, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640783>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PRADO, V. M.; ALTMANN, H.; RIBEIRO, A. I. M. Condutas naturalizadas na educação física: uma questão de gênero? *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 1, p. 59-77, jan./abr. 2016. Disponível em : [https://web.archive.org/web/20180423022537id\\_/http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss1articles/prado-altmann-ribeiro.pdf](https://web.archive.org/web/20180423022537id_/http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss1articles/prado-altmann-ribeiro.pdf). Acesso em: 25 jun. 2020.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 2, p. 301-323, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/dsBNrSjMyTbt6CXhxLV6zjp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SALES, O. P. *et al.* Gênero masculino na enfermagem: estudo de revisão integrativa. *Humanidades & Inovação*, v. 5, n. 11, p. 277-288, dez. 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1014>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SOUZA, A. *Set al.* El abordaje antropológico y el cuidado de la persona anciana hospitalizada. *Index de Enfermería*, v. 26, n. 1-2, p. 62-66, jun. 2017. Disponível em: [https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1132-12962017000100014](https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1132-12962017000100014). Acesso em: 28 jun. 2020.

SOUSA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física. *Cadernos CEDES*, v. 19, n. 48, p. 52-68, ago. 1999. Disponível em: [https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1132-12962017000100014](https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1132-12962017000100014). Acesso em: 25 jun. 2020.

SOUZA JUNIOR, T. G.; RODRIGUES, G. O. C. A. Design da sala de aula virtual para o novo perfil do aluno de EaD. *EaD em Foco*, v. 8, n. 1, p.?, set. 2018. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/698>. Acesso em: 25 jun. 2020.